

Lúcia Bucar

O grande dilema da Liberdade : O uso da filosofia nas eleições



Deus nos deu a liberdade. Mas nos deu também a inteligência para saber discernir. No entanto, nem sempre estamos prontos para eleger uma decisão. É quando nos perguntamos:

- E agora? O que faço com a minha liberdade?

No período de eleições políticas encontramos-nos diante da liberdade de decidir. Vivemos em um país democrático e exercemos nossa cidadania sendo livres para votar em quem quisermos. Corações e mentes unem-se, então, em busca do razoável. Nessa hora, filosofamos...

- Como votar corretamente hoje, pensando no que acontecerá depois de um tempo?

- Sendo **prudentes!** Ponderando critérios e características. Porque a arte da decisão certa exige conhecimento do que é real.

Somos livres para escolher e inteligentes para discernir. Mas para ter o discernimento, precisamos conhecer a realidade concreta, assim como a Verdade, em sua constante regeneração e vigilância da palavra. É preciso também imaginar o presente transposto para o futuro, antevendo a consequência da nossa decisão.

No Brasil, queremos acertar. Na democracia é válido errar e corrigir; assim, a cada eleição, continuamos corrigindo erros e falhas. Cientistas políticos concordam que um grande avanço obtido, dentre mecanismos de aprimoramento, foi o projeto “Ficha Limpa”, já sancionado e colocado em prática.

Desde a reconquista da democracia, há 25 anos, com a promoção das reformas, dentre elas a legalização dos partidos clandestinos, a participação popular na política vem se fortalecendo a cada pleito eleitoral. O brasileiro vem se politizando ao longo das últimas décadas e começando a entender a importância do voto consciente; nosso povo está percebendo que, para não se arrepender do voto dado, precisa pesquisar e conhecer os candidatos, antes de votar. O importante é decidir sem paixões, exercitarmos nossa cidadania, indo às urnas, com o desejo de dar *o grande salto*, que significa votar com discernimento e colocar no Poder Legislativo e no Executivo as pessoas que têm potencial e merecimento para nos representar e *cuidar*.

Nos últimos anos, surgiram dezenas de novos programas nas diversas pastas do Poder Executivo e inúmeros projetos de leis em busca do desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida da nação. Observa-se, na economia, a vivência do clímax do sucesso, o que, nas palavras do Presidente Lula, nos permite dizer que “estamos nadando de braçada”. Os próximos políticos encontrarão, portanto, um cenário favorável, mas ainda terão muitíssimo a fazer nas diversas áreas.

A palavra chave do milênio é **cuidado** - com o ser humano e com todo o planeta, porque a globalização exige, de cada um de nós, essa responsabilidade. A preocupação com o próximo e com a Terra é um ponto de distinção entre qualquer candidato a cargos no Poder Legislativo ou no Executivo.

O grande jurista brasileiro Goffredo Telles Júnior, falecido há pouco tempo, ousou dizer, numa entrevista a uma TV a cabo que “o amor é a essência da Democracia”. Faz sentido, porque a voz do povo clama por liberdade, mas com justiça e fraternidade. E a liberdade genuína só pode ser desfrutada por quem aprendeu a subordinar seus desejos e inclinações vis; se amamos ao próximo como a nós mesmos, como doutrinou Jesus Cristo, não faremos nada que nos prejudique, nem ao próximo, nem à Terra em que vivemos.

Não há mais lugar para políticos descomprometidos, alienados ou desonestos. Em *A Educação de um Príncipe Cristão*, Erasmo de Roterdã propunha que o governante deveria sempre ter em mente este mesmo ponto:

[...] estas coisas que estão sendo extorquidas são minhas, este povo que está sendo desapropriado e oprimido é meu, e quaisquer males que eu lhes fizer, faço-os a mim mesmo (ERASMO, 2009).

A Liberdade

A literatura explora ao máximo o tema da indecisão humana. Dos personagens apaixonados e indecisos de contos do nosso Príncipe da Literatura, Machado de Assis, aos dos romances do formidável Dostoievski, como *Os irmãos Karamázov* (em que a massa escravizada prefere a morte à liberdade de escolher seus governantes), encontramos perfis indecisos diante das tomadas de atitude. A liberdade de escolher sempre foi um dilema para os homens.

O que sempre ocorreu, na História da Humanidade, é que nem todo mortal tem o discernimento do Rei Salomão para decidir com sabedoria; ele continua sendo reverenciado há milênios porque, na posição que ocupava, podia ter o que bem quisesse, mas não pediu riquezas nem glórias. Pediu sabedoria para governar seu povo. E quem não conhece o maior exemplo de sabedoria e justiça, quando Salomão deu a sentença àquelas duas mulheres que reivindicavam a maternidade de uma criança?

Estamos vivendo uma época em que os valores chegam a ser ridicularizados, com cinismo. A violação de princípios de ordem moral sempre traz inevitáveis consequências e, como somos livres para tomar decisões, somos também responsáveis por elas.

O senso de responsabilidade não é um encargo penoso, mas um traço característico do ser humano. Deus nos criou seres inteligentes, com personalidade, capazes de manter a comunicação com Ele e de aceitar a ordem

estabelecida pela Constituição, que é o sistema de leis que garante a partilha do que é de direito de cada um. Ela é a estrutura da nação política organizada e estabelece a ordem derivada de um poder soberano e dos órgãos que o exercem; é ela quem dá forma à República. A pluralidade humana precisa de estado jurídico; precisa de Constituição para manter a igualdade e a unidade. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” - Constituição Federal – Título I, parágrafo único - Dos princípios fundamentais (BRASIL, 2008).

Para exercitar o poder, o indivíduo precisa estar preparado para participar politicamente, dentro do meio em que vive, pois, para ser capaz de governar uma grande sociedade, é preciso desenvolver o seu potencial primeiramente no lugar onde ele está radicado.

Senhor, enviei Vossa Sabedoria
Para que tome parte em meus trabalhos;
Ela conhece todas as coisas;
Prudentemente guiará meus passos;
Assim, minhas obras Vos serão agradáveis;
E governarei vosso povo com justiça.
(ORAÇÃO ... , Livro da Sabedoria 10, versículos
10-12)

A nossa Carta Magna determina direitos e valores que dignificam a vida do nosso povo, tanto no campo, quanto na cidade, e há nela um objetivo implícito da busca pela felicidade do indivíduo. Tendo sido instituído o Estado Democrático de Direito, fica assegurado a todos, pela Constituição Federal:

“o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.” (BRASIL, 2008).

A Virtude

Fazer o bem, buscar o bem é o que se espera das ações dos políticos. A atitude que faz com que um cidadão se disponha a entrar para a política classifica-se como *ação virtuosa*. O homem que deseja transformar os cidadãos em bons e felizes, obedecendo as leis vigentes é, filosoficamente, enquadrado como conhecedor da alma humana. Há candidatos que têm tal predicado e não conseguem passá-lo por meio de suas propagandas políticas; há também, aqueles que não o têm, mas que conseguem passar a imagem ideal ao público.

Para entender melhor a mãe das virtudes, a Prudência, que nos fará distinguir o melhor candidato, procu-

ramos nos aproximar da Filosofia, que é a matriz da qual os saberes científicos se organizam, principalmente nas Ciências Humanas.

Para os antigos filósofos, a virtude da *Prudentia* era designada originariamente por *discretio*, que significava Discernimento. Quando há dilema, permitimo-nos entrar no campo do Pensamento, isto é, no campo filosófico. Para o pedagogo, filósofo e teólogo São Tomás de Aquino, Doutor da Igreja, a prudência versa sobre ações contingentes e é pela experiência que o prudente deve guiar-se; ele escreveu que “a prudência não é inata em nós; ela procede da educação e da experiência, que é a memória acumulada”. (AQUINO, 2004).

O conhecimento filosófico caminha paralelamente à ciência, apontando limites e possibilidades. O processo criativo, no contexto filosófico, surge da construção de uma abordagem abstrata, sem o distanciamento da realidade, impondo-se o raciocínio lógico dedutivo para desenvolver uma teoria, sem passar pela metodologia de experimentos.

A sociedade reflete os partidos políticos, os seus próprios políticos, discursos propostas e projetos de lei. E, assim, os diversos aspectos da realidade vão disciplinando-se provocando uma interface entre a Sociologia Política e a Ciência Política que, nos tempos atuais, se redefine diante de várias investigações do comportamento eleitoral e da influência da sociedade sobre o poder. A relação entre o poder e a sociedade faz com que os cientistas que estudam a Sociologia Política estejam atentos às ações dos grupos dominantes e aos processos decisórios dos partidos, das organizações sociais e dos grupos de pressão que formam e determinam opiniões; analisa-se o comportamento político dos atores sociais, localizando fenômenos e condições sócio-estruturais e as explicações dos acontecimentos sócio-político-econômicos.

Na Filosofia Política lança-se uma pergunta sobre a essência e o fundamento de um determinado tema e imagina-se, a partir de sua construção abstrata, a consequência que trará sobre o exercício daquele assunto. Nesse cenário entra a Ciência Política, procurando entender as conexões causais entre os fatos do mundo político, ocupando-se não apenas das instituições, como também do comportamento dos políticos; ela vem estudando o comportamento do eleitor brasileiro nas diversas regiões geográficas e o que os estudiosos deixam transparecer é que a maioria da população não acredita em política. Tampouco participa de audiências públicas nas esferas do poder, não lê páginas políticas, não ouve a *Voz do Brasil*, não acompanha sessões plenárias do Congresso por intermédio de seus próprios meios de comunicação e, quando muito, acompanha apenas o noticiário da TV (que vem antes ou depois de novelas).

É a partir da observação das atitudes e dos comportamentos dos eleitores que se pretende avaliar o impacto das diferentes condições sociais, políticas e institucionais sobre o voto. A conclusão a que se chega é que em nosso País as camadas populares preferem manter-se nos condicionamentos históricos que formaram a política brasileira.

Quando não se vê a realidade concreta e não se tem a experiência necessária para agir com discernimento, deixa-se a prudência de lado e acaba-se decidindo, levando em conta fatores medíocres, que trazem o desequilíbrio. A falta de abertura e a arrogância intelectual impedem o ser de compreender o que é real. A doutrina de São Tomás de Aquino sobre as virtudes da *Prudentia*, *Memória* e *Docilitas*, além de ter alcance pedagógico é completamente atual e será eterna; pode ser compreendida pela inteligência, para ter aplicação diante de questões, inclusive, cotidianas.

Tomás de Aquino afirma que a memória é algo mais do que apenas lembrança. Entendida como requisito de perfeição da prudência, a verdadeira memória tem que ser “fiel ao ser”, sem falseamento da recordação para não perverter a prudência. (AQUINO, 2004)

A Virtude da Memória permite que o homem possa se reger pelas verdades necessárias. Como bom pedagogo, Tomás conceituava a *Docilitas* como a capacidade de se deixar ensinar e que parte do desejo verdadeiro de aprender, com autêntica humildade.

O que impede o homem de perceber que existem múltiplas facetas é a autosuficiência mental, que faz com que ele se feche para um conhecimento de seu interesse, desprezando a diversidade de experiência e de ações.

Para obter a prudência, precisamos de qualidades como uma boa memória e alguma experiência de vida; porque ela é uma virtude difícil. Mas, quem a tem, realiza o ato com facilidade. Tomás de Aquino afirmava que as virtudes são expressas em atitudes automáticas, espontaneamente; o ser humano que tem virtudes não se esforça, pois educou-se e preparou-se para ser virtuoso. A virtude basta a si mesma. E, ainda, faz-nos amar os vivos e lembrar os mortos, como afirma Baltasar Gracián (2002), célebre escritor espanhol do século XVII.

A Mídia Comercial e a Verdade Distorcida

Para ter elementos que formem nossa opinião procuramos conversar, ouvir, ver e ler sobre os políticos em pesquisas de opinião, artigos e entrevistas; e ficamos atentos ao que dizem os analistas sociais e cientistas políticos. Sim, porque, se contarmos somente com a propaganda, o jornalismo e as informações passadas pela mídia comercial, que muitas vezes é tendenciosa em períodos eleitorais, pode haver incidência de erros graves nos pré-julgamentos, os quais só poderão ser corrigidos alguns

É a partir da observação das atitudes e dos comportamentos dos eleitores que se pretende avaliar o impacto das diferentes condições sociais, políticas e institucionais sobre o voto. A conclusão a que se chega é que em nosso País as camadas populares preferem manter-se nos condicionamentos históricos que formaram a política brasileira.

anos depois – dependendo do período para determinado mandato. A Comunicação Social tem o poder de propagar a verdade ou de degenerá-la. Cabe aos comunicadores reconhecerem o seu poder e utilizarem-no pensando no bem comum, o que é muito difícil, levando-se em conta o fator financeiro e a vaidade dos profissionais da área. Baseando-se na habilidade de lançar uma mensagem que possa atingir um maior número de pessoas, a propaganda visa o *desequilíbrio emocional* do receptor para provocar mudança de atitude; porque o seu papel é incitar a pessoa a concretizar uma ação. E, para isto, utiliza técnicas para provocar a atenção espontânea do indivíduo, que se impõem pelos sentidos e pela afetividade. De acordo com a lei da atenção e da distração cerebral, a percepção reveste a atenção, algumas vezes, de um sentimento difuso que só será analisado posteriormente. Quando a propaganda é perfeita, a perturbação afetiva surge, independente da vontade, e coloca a pessoa sob o domínio e a dependência do objeto, da instituição ou da ideia. E, por estarmos todos responsáveis e envolvidos uns com os outros, devido à comunicação global, o publicitário tem que ter responsabilidade com a função social da propaganda - que abrange a preocupação com os valores transmitidos (e que serão absorvidos) e a responsabilidade de não utilizar sua força subliminar para incutir uma idéia no inconsciente.

Não só no Brasil, como no mundo inteiro, as pessoas sempre esperam mudanças para melhor. Mas, até nos países de primeiro mundo, os eleitores querem políticos que sejam, além de capazes e honestos, charmosos e simpáticos. Alguns eleitores mais emotivos votam naquele que lhes inspira confiança, provavelmente demonstrada por meio do *marketing* político; tais eleitores são movidos pela própria descrença e são a maioria. Na realidade, a imagem que o povo absorve é aquela que ele avalia como positiva. O que fica ofuscada é a verdade, entre a imagem que a comunicação constrói, com a imagem verdadeira do candidato. Em outubro, teremos cerca de 20.000 opções de candidatos de 29 partidos, das 27 unidades federativas, disputando cargos de presidente, senador, deputado federal, deputado estadual, distrital e governador. Na hora de pesquisar um candidato, é preciso procurar conhecer o seu passado, o que ele viveu e seu meio, o caráter que o forma e suas propostas, assim como os meios com os quais ele pretende atingir suas metas. Depois de termos sofrido com a corrupção, desde os tempos coloniais e, mesmo tendo conseguido chegar ao nível de estabilidade econômica em que nos encontramos, ainda temos problemas a serem resolvidos, como o da saúde, da educação, da reforma agrária, da reforma tributária, da reforma política, da energia alternativa, dos salários, da segurança e da sustentabilidade do meio ambiente, entre outros tantos, além de precisarmos formular novos problemas,

para acompanhar a contemporaneidade. No Brasil, a população procura um tipo de libertação que afirme o seu amadurecimento político. A elite política brasileira também vem amadurecendo desde a vinda da Família Real portuguesa, em 1807. Os políticos eram oriundos dos Concelhos Municipais (concelho com c – escalão oficial de aprendizado). Preparavam-se estudando Direito, na Universidade de Coimbra, e acompanhando na Europa os processos decisórios do Brasil e dos diversos países.

Com a volta de Dom João VI para Lisboa, o Príncipe Regente Dom Pedro I designa, sob a influência do jesuíta Padre Antônio Vieira, a continuidade ao projeto que criava o Império do Brasil. Porém, alguns anos depois, às vésperas da Independência, Dom Pedro, então com vinte e quatro anos, escreve ao pai contando-lhe que o Brasil necessita de sua própria Assembléia Constituinte e Legislativa para fazer uma Constituição.

Com a Independência do Brasil, inicia-se o desenvolvimento do seu próprio modelo de política institucional. Passamos a ter um governo misto, com “o Senado servindo de equilíbrio entre os poderes”, nas palavras do Visconde de Caravelas, Senador e um dos principais redatores da Constituição de 1824.

Com o voto obrigatório, instituído no Brasil em 1932, muitos votam, até hoje, aleatoriamente, para não terem restritos seus direitos de cidadania. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou, no primeiro semestre do ano corrente, a proposta que retira sanções a quem deixar de votar; e o Senado está debatendo, atualmente, a obrigatoriedade do voto. Há cientistas políticos defensores e opositores do voto facultativo e há também aqueles que não vêem o voto como obrigatório e sim como um direito que tem compromisso com a Justiça Eleitoral, já que, com relação às sanções, basta pagar uma pequena multa e a situação se regulariza.

Ainda somos filhos e netos do voto de cabresto, dos currais eleitorais, das grandes oligarquias. Ainda há quem diga que votará em tal candidato porque já o conhece e, se ele não é honesto, pelo menos já fez alguma coisa pelo povo.

Quando o eleitor não tem um ponto a chegar, existe o perigo de fatores negativos influenciarem sua decisão. Dentre esses fatores pode estar a displicência. Essa falta de atenção com o voto traz, posteriormente, a revolta contra as instituições parlamentares e executivas, sendo que é o povo quem coloca, ali, aqueles que devem representá-lo. Enfim, se não formos prudentes na hora de votar, contribuiremos para o *desequilíbrio* da Nação.

Para que não surjam crises, os países buscam, cada vez mais, sistemas eficazes que respondam e atendam às mudanças, demandando políticos atentos

às necessidades que se impõem, diante dos novos momentos e das novas problemáticas. Além de uma boa plataforma política e um bom caráter, queremos eleger candidatos que apresentem preocupações com a nossa própria qualidade de vida, que está diretamente relacionada ao meio ambiente; a população necessita estar atenta, para captar se os políticos estão imbuídos do conhecimento e da cautela necessários para representá-la sob estes aspectos. Questões tais como emissão de CO₂, sustentabilidade, recuperação de bacias hidrográficas, desmatamento, uso de amianto, qualidade de ar e Política Nacional de Resíduos Sólidos (que divide a responsabilidade do lixo pelos diversos setores da sociedade), devem estar na pauta das preocupações de qualquer candidato a cargo político.

O filósofo Marco Túlio Cícero, nascido no ano 106 AC, já dizia que os juízos vulgos não sabem discernir o verdadeiro mérito. Mas, nos tempos modernos, os instrumentos de consulta são tantos que, com um pouco de estudo e interesse, as pessoas podem tomar atitudes coerentes, quando estão diante de algum dilema. Ou seja, conhecendo o cenário político, não votamos em quem não tem mérito, nem deixamos que outros decidam por nós.

Excelência e Maturidade

O Congresso Nacional, com o objetivo de introduzir critérios de *sustentabilidade* em suas compras de bens e serviços, que contemplem o meio ambiente, vai realizar estudos conjuntos na busca de critérios, por intermédio dos núcleos que implementam a gestão ambiental: o Ecocâmara e o Senado Verde. As duas Casas assinaram um documento que prevê a realização de visitas técnicas às entidades que estão trabalhando com o tema e estarão abertas para reuniões das comissões técnicas, às pessoas físicas ou jurídicas, especialistas, estudiosos, empresários e autoridades. Representantes do governo avaliam que, como o poder público é o grande comprador, o incentivo estimulará a produção e prestigiará ofertas sustentáveis. No mês de junho passado, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Senado Federal fizeram um seminário para discutir o incentivo a licitações públicas que dêem preferência a bens e serviços sustentáveis e que possam contribuir para implementação das medidas. Diversas empresas também já estão dando exemplos, para que, dentro de alguns anos, o Brasil esteja dominando questões vitais ao planeta.

Se Aristóteles tem razão em afirmar que o homem é um animal político, como adestrá-lo para que seu objetivo seja promover, com política, o Bem Supremo, aquele que é para o filósofo, a própria felicidade? Esta é uma questão filosófica que se impõe. E ainda: como e com ajuda de quais ciências e exercícios se formam os homens capazes

de guardar e manter a Constituição de um Estado?

Quem bem responde esta pergunta é Sócrates (PLATÃO, 2000). Ele diz que “além de provar os trabalhos e perigos a que estão sujeitos, o candidato tem que ser exercitado em várias ciências para apurar sua capacidade para altos e acurados estudos ou levá-los a revelar sua inaptidão, como os que fraquejam e decaem nos exercícios ginásticos”. Estas ciências a que ele se refere partem do princípio da explicação da **natureza da justiça, da temperança, da coragem e da prudência.**

Sócrates esclarece que, para chegar ao conhecimento perfeito, tem-se que seguir por um único e longo caminho, a ser percorrido com esforço até haver desenvolvido tanto o corpo, quanto o espírito. Porque são a justiça e as demais virtudes que nos levam ao conhecimento superior.

Mesmo nas sociedades pagãs, se crê intuitivamente que a justiça exalta as nações e que, quem a compreende, se estabelece no cargo político.

Para atingir a excelência, no que quer que seja, passa-se por dificuldades. Todos sabem que, quando alguém quer praticar alguma habilidade, prepara-se e estuda previamente. O mesmo deve ocorrer com o político para saber reger, dentro de um governo: ele necessita demonstrar que tem aptidão natural, conhecimento, demonstração e prática.

“É necessário considerar atentamente as opiniões e sentenças dos anciãos e dos experientes, não menos do que as verdades demonstradas, pois, pela experiência, eles penetram nos princípios.” (TOMAS DE AQUINO, 2004)

O filósofo Platão propunha que o governante fosse de temperamento suave e tranquilo, pois, embora admitindo que as pessoas joviais e excitáveis sejam adequadas para o treinamento, nega que tais características sejam apropriadas para administrar um Estado.

Uma pesquisa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicada em 25 de maio desse ano, apresenta os valores que os brasileiros mais cultivam. A pesquisa demonstra que no Brasil “os jovens estão pouco ligados no bem-estar do próximo, importando-se principalmente com a autopromoção”. (RELATÓRIO..., 2009)

O Perfil dos Valores dos Brasileiros (PVB), segundo capítulo do *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010*, define os novos Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios, o IDH-M, importante indicador de qualidade de vida e distribuição de renda no País. Agora já é possível saber o que pensamos, como queremos agir, como devemos educar nossos jovens, tão desprovidos de valores.

A pesquisa citada constata, também, que as grandes e pequenas decisões são influenciadas pelos

A imagem atávica que se tem um governante ou de um líder político e que vem desde os hieróglifos das cavernas – um olho e um bastão - é a daquele líder íntegro, cuja mente não se desvia do correto e que está em constante vigilância; isto é o que se espera daquele que representa um povo ou um Estado - que tenha o maior discernimento e que esteja livre das paixões vulgares.

valores que temos. O levantamento do PNUD mostra que o medo da violência aumentou e que a estabilidade social tornou-se o valor mais recente para 90,1% do nosso povo. Apesar da preocupação com o próximo estar em diversos estudos, a pesquisa comprova que apenas as mulheres e os mais velhos são mais altruístas e se preocupam com os outros. Já os jovens, acreditam que a autopromoção é o que realmente importa.

O PNUD cruzou informações sobre a percepção dos brasileiros com relação à escola e constatou que apenas 20% da população entrega à instituição a principal responsabilidade; “e os próprios alunos consideram que a escola não tem importância para eles”. Para os brasileiros, conforme seus valores, a principal responsabilidade é da família. Uma investigação completa sobre os valores nutridos pelos brasileiros deverá dar o rumo das novas políticas de desenvolvimento no País.

Mas, uma coisa é certa: precisamos, desde já, reacender a chama das virtudes em nossos jovens! Segundo o Professor Paulo Ferreira da Cunha, catedrático da Universidade do Porto, Portugal, a verdade é que “nenhuma excelência na lógica é capaz de substituir a experiência e a prudência nas coisas humanas”. (CUNHA, 2003, 2004)

Aristóteles, o último grande filósofo grego, sucessor de Platão, fundador do Liceu e tutor de Alexandre, o Grande (ou Magno), acreditava que a pouca experiência de vida torna o estudo da Política supérfluo para os jovens, por regra, imprudentes, que só seguem suas paixões; para eles, a dureza da matemática lhes conviria.

Apelidado por Augusto Comte de “filósofo incomparável”, ele é um espírito enciclopédico, de quem nada relacionado ao ser humano ficou alheio. E, na política, muito antes de Montesquieu, estudou o espírito das leis e indicou a divisão dos Três Poderes. Aristóteles adverte-nos a propósito da multiplicidade de opiniões em política e que o tipo de conhecimento depende da natureza diversa que ela influencia: “não se pode pedir ao retórico o mesmo tipo de demonstrações rigorosas que ao matemático”. Ele afirma que aquele que tem a boa vontade do seu povo é também por ele protegido; a justiça, a cortesia e a compaixão despertam boas condutas e estimulam o serviço público. (ARISTÓTELES, 1957)

Para Aristóteles, se um governante deseja despertar a boa vontade e escapar do ódio de seu povo, tem que se dar ao respeito, com conduta sóbria, e ser clemente e afável.

Não basta apenas que o nosso representante seja correto. Aqueles que o cercam também precisam ter caráter irrepreensível; não só os familiares, como também seus ministros, assessores, secretários, consultores, etc. Pois, caso alguns destes provoquem o desrespeito, o político poderá ser atingido, já que a transparência da vida pública vem se impondo a cada dia, por meio de inúmeros recursos

tecnológicos, eletrônicos e cibernéticos. Os brasileiros necessitam de políticos que se dêem ao respeito e que saibam escolher e selecionar bem seus conselheiros e equipes de trabalho. Somente os mais fortes conseguem permanecer sem máculas e resistir, não se contagiando, num meio corrupto e sem escrúpulos ou decência.

Vulgarmente se diz que muitos perdem o juízo, quando o poder lhes chega à cabeça, isto é, quando começam a conviver com ele e com as facilidades que surgem. É que, assim como outras qualidades, o caráter pode sofrer influência do meio.

Filósofos pagãos também tinham em conta que a autoridade constituída sobre um povo é a mesma da mente sobre o corpo, a quem controla, porque ela é mais sábia que o corpo; mas seu controle é exercido para beneficiá-lo e torná-lo feliz. E, se a parte que mais importa é a mente que detém o controle, dentro dela existe outra parte chamada *razão*, que detém e que simboliza o governo.

A imagem atávica que se tem um governante ou de um líder político e que vem desde os hieróglifos das cavernas – um olho e um bastão - é a daquele líder íntegro, cuja mente não se desvia do correto e que está em constante vigilância; isto é o que se espera daquele que representa um povo ou um Estado - que tenha o maior discernimento e que esteja livre das paixões vulgares.

Que pensem!

Em *A República*, Platão transcreve uma conversa entre amigos filósofos, na qual Glauco diz que há coisas desagradáveis, embora benéficas, que aceitamos por amor ao proveito que nos trazem e por outras consequências que delas resultam, tais como exercícios ginásticos, cuidados e tratamento médico nas doenças, bem como a prática da medicina e os diversos meios de ganhar dinheiro; ele pergunta a Sócrates se a justiça também poderia ser considerada desagradável e repulsiva em si mesma, convenientemente praticada com vistas nos proveitos e na boa reputação.

Sócrates esclarece que a justiça se coloca entre as boas coisas tidas em apreço por quem busca a verdadeira felicidade; e acrescenta que não há assunto com o qual o homem sensato possa entreter-se com mais prazer do que a justiça.

Então, o irmão de Glauco, Adiamanto, toma a palavra e faz um discurso contrário, afirmando que a injustiça é mais proveitosa e que só a lei e a opinião pública as tornam afrontosas; e pede que Sócrates mostre os efeitos que a justiça e a injustiça imprimem na alma de modo que seja um bem ou um mal em si. E Platão “troca em miúdos”, da seguinte forma:

“Incumbindo-se a pessoas de vista curta da leitura de longe, de letras de tipo miúdo, mas um dos ledores

descobrisse que as mesmas se encontravam, em outra parte, escrita em caracteres maiores sobre larga superfície, ninguém duvidaria da conveniência de ler primeiro os caracteres maiores para depois compará-los com os menores, a ver se eram realmente iguais. Logo, no Estado poder-se-á encontrar a justiça em caracteres maiores e mais fáceis de discernir. Assim, se vos parece, procuraremos indagar qual a natureza da justiça no Estado; depois, estudando-a, veremos a relação da pequena justiça com a grande; o que dá origem ao Estado é, ao meu ver, a impossibilidade de cada indivíduo bastar-se a si mesmo, e a necessidade, que tem, de uma multidão de coisas, levando o indivíduo a unir-se a outro, nova necessidade à nova união com outro, múltiplas necessidades reuniram, enfim, no mesmo lugar muitos homens com propósito de se valerem uns aos outros; e a esta associação demos o nome de Estado que vai crescendo e criando outras necessidades. E ao guardião deste Estado torna-se necessária a filosofia e a avidez de aprender.” (PLATÃO, 2000)

O foco da discussão centralizava-se na questão de que deveriam ser guardiões da sociedade os que mais parecerem manter em vigor os bons costumes e as leis da República. Platão, Glauco, Sócrates e Adiamanto concordam que o governante tem que ser naturalmente filósofo, ágil e forte, e que é preciso que se conheça o seu caráter e as suas qualidades de experiência e especulação. Concordam, também, que o traço distintivo do filósofo é amar com ardor toda a ciência que lhe pode desvendar a essência da coisa eterna, do imutável; outro traço seria a total ausência de baixeza de sentimentos, para afastar a possibilidade de corrupção. “Porque a mesquinhez é de todo incompatível com a alma que aspira a abraçar em sua harmonia e universalidade todas as coisas divinas e humanas”, conclui o utopista Platão.

Resumindo, o mais indelével da grande conversa filosófica narrada por Platão é a expressão do requisito necessário àqueles que se tornarão organizadores sociais, isto é, políticos das diversas esferas: “Que sejam filósofos; que pensem; que busquem o perfeito conhecimento do ser.” (PLATÃO, 2000)

Governar ou legislar numa República, em suma, são profissões que ninguém pode desempenhar, se não for bem dotado de inteligência, de memória, de penetração, de magnanimidade, de lhaneza e, além disso, amigo da verdade, da justiça, da temperança e da fortaleza.

Na atualidade constatamos que estas ainda são qualidades necessárias que devemos ver em nossos eleitos. Porque o bem que procuramos na política é a sua essência, aquela que visa o ser humano. Finalizando, a política é a ciência que determina o Bem Maior, ao qual dedicamos, mesmo sem ter consciência, as nossas ações, pois todos estamos subordinados às decisões políticas.

O círculo virtuoso

“O que pode haver de mais belo do que a virtude governando a República? O que é mais admirável que o governo que dá exemplo, ensina e preconiza, além de oferecer, como uma lei viva, a própria existência a seus compatriotas?” (CÍCERO, 1957)

Em *Ética a Nicômaco*, que Aristóteles escreveu para seu filho, o filósofo demonstra a importância do Bem Supremo para o homem, mas, principalmente, para o Estado, pois abrange a coletividade. E para esse pensador, o Bem Supremo é a felicidade! Mas, o que é a felicidade? O homem vulgar acredita que é ter direito à honra, aos prazeres, às riquezas. Porém, se formos ao fundo do enunciado, compreenderemos que a felicidade, para o filósofo, é algo que torna a vida desejável e carente de nada – o que se chama de vida boa; na sua visão, felicidade é o estado de espírito que se identifica com as virtudes e seu exercício existencial; assim, o ser humano é virtuoso é feliz por agir virtuosamente. Por consequência, acerta nos seus empreendimentos, pois discerne, por meio do conhecimento de causa, da memória e da inteligência. Eis o círculo virtuoso: se o compreendemos e treinamos, podemos ser felizes e livres. O que prejudica uma democracia é o desvirtuamento da atividade política assim como a despolitização e a não participação do povo. Para dar o voto consciente é preciso colocar-se acima dos interesses pessoais e abrir-se, com humildade e prudência, a novos critérios para avaliar e conhecer a fundo o seu candidato.

Para o iluminista francês, Voltaire, a vontade não é livre. Mas, a ação, sim. Tem-se a liberdade de fazer, quando se tem condições de fazer. Seja o que for, com Liberdade e Discernimento, é mais difícil errar. *Voilà*. Que aproveitemos a Democracia e votemos!

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo : Athena, 1957. (Os pensadores; 6).
 ———. *Ética a Nicômaco*. São Paulo : Abril Cultural, 1979.
 BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília : SEEP, Senado Federal, 2008.
 BUCAR, Lúcia. *Comunicação em tempos pra lá de modernos*. Brasília : QuickPrint, 1994.
 CÍCERO. *Da república*. São Paulo : Athena, 1957. v. 7, livro I. XXXIV.
 CUNHA, Paulo Ferreira da. *Aristóteles: filosofia do homem : ética e política*. Elaborado a partir dos tópicos do nosso Seminário sobre Ética e Política em Aristóteles, a cargo da Profa. Doutora Gilda Naécia Maciel de Barros, no âmbito da disciplina “Educação na Antigüidade Grega - Práticas e Modelos”, do Curso de doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2003; Porto, 2004. Disponível

em: <http://www.hottopos.com/rih8/pfc.htm#_ftn1>. Acesso em: 16 ago. 2010.

ERASMO, de Roterdam. *A educação de um príncipe cristão*. In: ISÓCRATES et al. *Conselhos aos Governantes*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2009.

FARIA, Rafael. *CCJ retira sanções para quem deixa de votar e reabre discussão sobre voto obrigatório*. Portal de Notícias do Senado Federal, Brasília, 11 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/vernoticia.aspx?codNoticia=102841&codAplicativo=2>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

GRACIÁN, Baltasar. *A arte da prudência*. São Paulo : Martin Claret, 2002.

ISÓCRATES et al. *Conselhos aos Governantes*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2009. v. 15.

SABEDORIA 9. In: BÍBLIA. Português (1995). *Bíblia sagrada*. Trad. dos Originais mediante versão dos Monges Maredsous (Bélgica). Revista por Frei João José Pedreira de Castro, O.F.M. e pela equipe auxiliar da Editora Ave Maria. São Paulo: Ave Maria Edições, 1995.

PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Os pensadores)

———. *A república*. São Paulo: Athena, 1957. (Os pensadores; 14)

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010: Brasil ponto a ponto. Brasília: PNUD, 2009.

SANTOS, Mário Ferreira dos. *Filosofias da afirmação e da negação*. São Paulo: Logos, 1959.

TOMAS DE AQUINO, Santo. *Sobre o ensino (de magistro): os sete pecados capitais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VAZ, Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica*. São Paulo: Loyola, 1999.

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. São Paulo: Athena, 1957. (Os pensadores; 4)



Lúcia Bucar
 Jornalista, trabalha na
 Secretaria de Informação
 e Documentação do Senado.
luciafb@senado.gov.br